CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Brasília-DF, 28 de abril de 2026

FETIESC empossa nova diretoria e reafirma compromisso com o Brasil e a luta da classe trabalhadora

Na noite da última sexta-feira, 24 de abril, a **Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC)** realizou a cerimônia de posse de sua nova diretoria para o mandato de 2026/2031. O evento aconteceu na sede da Federação, em Itapema, reunindo lideranças sindicais, representantes políticos e convidados de diversas regiões do país, em um momento marcado por unidade, reflexão e reafirmação de compromissos históricos.

A solenidade foi conduzida pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), José Reginaldo Inácio, que destacou o simbolismo da posse e a importância de fortalecer o movimento sindical em um cenário de desafios. Em sua fala, ressaltou a necessidade de renovação aliada à permanência de lideranças comprometidas com a transformação da realidade da classe trabalhadora.

Durante a cerimônia, Idemar Antonio Martini foi empossado como presidente da FETIESC, tendo Ednaldo Pedro Antonio como Secretário-Geral e Landivo Fischer como Tesoureiro.

Representando a diretoria nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores de Santa Catarina, Izaias Otaviano ressaltou a dimensão do ato e a capacidade de reinvenção do movimento sindical ao longo dos anos. "Lutar sempre, vencer talvez, desistir jamais", afirmou, sintetizando o espírito da militância sindical.

A cerimônia contou ainda com a presença de importantes lideranças. Cleoni Bortolli, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul, destacou a relação de parceria e aprendizado com Martini. "Sempre é uma honra estar nessa casa. Martini é um grande amigo que sempre me ensina muito a cada dia. É preciso continuarmos na luta para não termos retrocessos", declarou.

O presidente da Câmara de Vereadores de Brusque, Jean Dalmolin, evidenciou a força coletiva da Federação. Destacou o "grande time da FETIESC" e desejou um excelente mandato à nova diretoria, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical laboral brasileiro após a Reforma Trabalhista de 2017.

Por sua vez, a diretora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE-SC), Crystiane Peres, também manifestou apoio à nova gestão. Ela desejou uma ótima condução dos trabalhos, ressaltando que o momento atual é desafiador, e colocou o DIEESE à disposição para seguir fortalecendo a parceria histórica com a Federação.

Representando o Fórum Sindical de Joinville, Lorival Pisetta afirmou estar honrado em participar da cerimônia e destacou "a luta e a lealdade da FETIESC com o Martini na frente, auxiliado pela competência de sua equipe para defender aqueles que representamos: a classe trabalhadora". Em sua fala, enfatizou ainda a importância do engajamento político: "Não adianta aqui nós lutarmos se não reelegermos o presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

O presidente da Federação dos Trabalhadores do Vestuário e do Calçado do Rio Grande do Sul, João Pires, ressaltou o papel histórico da FETIESC na formação de lideranças. "A FETIESC já construiu prefeito, vereadores e tantas referências. Os

dirigentes sindicais que aqui permanecem têm comprometimento com o trabalho árduo e a luta incansável do Martini pelo movimento sindical brasileiro", afirmou, destacando também a importância de apoiar a reeleição de Lula.

Também presente, João Caldas, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Guaíba (RS) e dirigente sindical, destacou a necessidade de união entre os movimentos sociais. "A união é o caminho para alcançarmos nosso sonho e nossa esperança de melhores condições de vida para todos. É preciso reconhecer, enaltecer e parabenizar o trabalho sensacional feito pela FETIESC, que conquista corações e mentes da classe trabalhadora catarinense", afirmou.

Representando o Governo Federal, Paulo Eccel reconheceu a importância da Federação e agradeceu a atuação dos dirigentes sindicais. Ele relembrou sua passagem pela superintendência, destacando a defesa do presidente Lula e a importância da unidade. Também ressaltou que, após a Constituição Federal de 1988, a classe trabalhadora volta a ter condições concretas de avançar na redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6×1.

O ex-deputado estadual Francisco de Assis destacou sua relação histórica com a Federação. "A FETIESC é uma instituição sindical que me fez ser quem sou hoje. Essa instituição não defende apenas os trabalhadores, fala abertamente de que lado deve estar, sem medo de ser feliz. Sou muito grato por fazer parte e me sentir parte desta federação", afirmou. Ele também reforçou a necessidade de atuação política: "Nossa primeira grande prioridade é reeleger o presidente Lula e a segunda é dar governabilidade a ele no Congresso Nacional, elegendo mais deputados e senadores alinhados às pautas da classe trabalhadora".

Em sua intervenção, José Reginaldo Inácio destacou o caráter histórico do momento. Ele chamou atenção para a importância da juventude no movimento sindical, a necessidade de renovação e permanência de lideranças comprometidas e os desafios atuais enfrentados pela classe trabalhadora. Também alertou para o cenário internacional, mencionando a recente retirada de direitos trabalhistas na Argentina. "Sem movimento sindical forte não há democracia", afirmou, reforçando ainda a importância da redução da jornada de trabalho e da mobilização política para evitar retrocessos.

Ao assumir a presidência, Idemar Antonio Martini reafirmou seu compromisso com a continuidade do trabalho coletivo construído desde 1988 pelo grupo Renovação. Destacou a importância da formação sindical, da unidade entre os sindicatos e da defesa firme dos interesses da classe trabalhadora.

"Nunca tivemos medo de expressar de que lado estamos. Seguiremos com entusiasmo, trabalhando para mudar este país por meio da organização sindical, enfrentando a ganância e a opressão. Enquanto eu acreditar que posso fazer, eu estarei aqui", declarou.

Fonte: FETIESC

Escala 6x1: qualquer proposta que avançar será benéfica, diz Paim

PEC do senador aguarda votação no Plenário, enquanto textos da Câmara ainda passarão por comissão especial.

Paulo Paim é autor de uma das propostas de redução de escala de trabalho. Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015, que trata da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, afirmou que todas as iniciativas em discussão sobre o tema têm como objetivo beneficiar os trabalhadores. Além do texto de Paim, tramitam na Câmara dos Deputados as propostas da deputada Erika Hilton (Psol-SP) e do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que foram apensadas.

Enquanto a proposta do senador já está pronta para votação no plenário do Senado, os textos da Câmara ainda passarão por uma comissão especial, que deverá discutir o mérito e definir pontos como carga horária semanal, modelo de transição e eventuais compensações para empresas.

A PEC de Erika Hilton (8/2025) prevê jornada semanal de 36 horas distribuídas em quatro dias de trabalho. Já a proposta de Reginaldo Lopes (221/2019) estabelece a redução gradual da carga horária de 44 para 36 horas ao longo de dez anos.

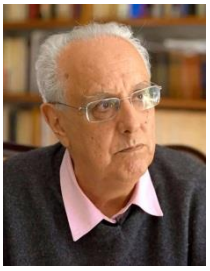
Paim destacou que os textos podem convergir ao longo da tramitação. "Se a proposta da Câmara for aprovada primeiro, ela vem para o Senado e a nossa pode ser incorporada. Se a nossa for aprovada antes, segue para a Câmara e lá será ajustada ao texto em discussão. E há também uma proposta apresentada pelo presidente Lula. São diferentes caminhos com o mesmo objetivo: melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora", afirmou.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso um projeto de lei que reduz a jornada semanal para 40 horas, com dois dias de descanso. O texto ainda aguarda despacho do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para iniciar a tramitação.

Segundo o Executivo, a proposta pode avançar mais rapidamente por tramitar em regime de urgência, o que estabelece prazo de 45 dias para análise em cada Casa. Ainda assim, Motta já indicou preferência por uma mudança via Constituição.

Fonte: Agência Senado

Responsabilidades – João Guilherme Vargas Netto



No dia 15 de abril, em Brasília, o movimento sindical fez-se protagonista realizando sua marcha, o evento aprobatório de CONCLAT 26 e buscou sua institucionalização ao entregar a representantes dos três poderes a pauta recém aprovada.

Na reunião dos dirigentes sindicais com o presidente Lula todos ouviram na fala do companheiro que "a luta não termina com isto, a luta começa com isto".
Portanto, cabe ao movimento, colhendo os frutos dos acontecimentos, preparar com ânimo redobrado as comemorações descentralizadas do 1º de Maio.

Para tanto, a CONCLAT 26 garantiu a pauta unitária de reivindicações e propostas do movimento sindical que cada dirigente e cada ativista deve se empenhar em difundir e tornar viva.

Cada entidade (ou conjunto de entidades) deve preparar sua comemoração de 1º de Maio convocando os trabalhadores e as trabalhadoras de suas bases respectivas para se manifestarem em defesa dos direitos dos trabalhadores, da redução de jornada sem redução de salário, pelo fim da escala 6 x 1, pela valorização do salário-mínimo, acrescidas de suas responsabilidades neste ano eleitoral.

João Guilherme Vargas Netto. Consultor de entidades sindicais de trabalhadores.

Fonte: Agência Sindical

Brasileiros que trabalham 44h semanais recebem 58% menos, diz Ipea

Trabalhadores com jornada de 44h recebem R$ 2,6 mil, contra R$ 6,2 mil de quem cumpre 40h; PECs e projeto de lei tramitam para reduzir carga horária e combater desigualdade.

Foto: José Cruz/Agência Brasil

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado na quarta-feira (22) revelou que profissionais com jornada de 44 horas semanais — modelo predominante na escala 6×1 — têm salário médio 57,7% menor do que aqueles que trabalham 40 horas semanais.
Os dados reforçam os argumentos de entidades sindicais e parlamentares que defendem a redução da jornada máxima de trabalho no Brasil, tema de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e de um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

"O aumento das horas trabalhadas não resulta, necessariamente, em melhores salários", conclui a pesquisa, oferecendo novos elementos para o debate sobre a regulação da jornada de trabalho no país. Para os defensores da redução, a medida representa um passo necessário para promover justiça social, melhorar a produtividade no longo prazo e garantir direitos fundamentais aos trabalhadores brasileiros.

Disparidade salarial atinge trabalhadores com menor escolaridade
Segundo o levantamento, o salário médio de quem cumpre jornada de até 40 horas semanais é de R$ 6.211. Já os trabalhadores com jornada de 44 horas

recebem, em média, R$ 2.626,05 — apenas 42,3% desse valor. Quando analisada a remuneração por hora trabalhada, a diferença se amplia: o valor médio corresponde a 38,5% do pago aos que trabalham 40 horas.

O estudo aponta que a baixa escolaridade explica parte significativa dessa desigualdade. Mais de 83% dos vínculos com jornada de 44 horas são de pessoas com ensino médio completo, percentual que cai para 53% entre os que possuem ensino superior. "Jornadas mais longas predominam em ocupações que exigem menor escolarização formal, como atividades simples de indústria, agropecuária e comércio", afirma Felipe Pateo, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea.

Setores mais afetados e concentração em pequenas empresas

A pesquisa considerou dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2023, que concentra 44 milhões de trabalhadores com vínculos pela CLT. Desse total, 31,8 milhões — equivalente a 74% — têm jornada de 44 horas semanais.

A incidência da escala 6×1 é ainda maior nas pequenas empresas: 87,7% dos vínculos em empresas com até quatro empregados e 88,6% naquelas com cinco a nove contratados seguem essa jornada. Em 31 dos 87 setores econômicos analisados, mais de 90% dos trabalhadores cumprem jornadas acima de 40 horas semanais.

O estudo também revela que apenas 41% dos trabalhadores registrados são mulheres, proporção ainda menor em faixas com jornadas mais longas e salários abaixo de dois salários mínimos. A pesquisa sugere que a associação histórica das mulheres a tarefas de cuidado as afasta de ocupações que exigem mais horas de trabalho.

Custo da redução é considerado absorvível pela economia

O Ipea estimou que a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, com manutenção dos salários, elevaria o custo da mão de obra em 7,84% no país. Para a implantação da escala 4×3 (36 horas semanais), o aumento seria de 17,57%.

Segundo os pesquisadores, esses impactos poderiam ser absorvidos pela economia, de forma semelhante ao que ocorreu com a política de valorização real do salário mínimo, que teve efeito inicial, mas foi incorporado pelo mercado em pouco tempo. "O possível impacto sobre o PIB deve ser sopesado com o aumento da qualidade de vida do trabalhador, o tempo disponibilizado para tarefas de cuidados e as consequências para a melhora da saúde da população", avalia Pateo.

Propostas em tramitação no Congresso

O fim da escala 6×1 está em debate no Congresso por meio de duas PECs que alteram o artigo 7º da Constituição para reduzir a carga horária semanal de 44 para 40 ou 36 horas, e de um projeto de lei enviado pelo governo federal que modifica pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As duas PECs já foram aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

As propostas têm como objetivo não apenas reduzir a jornada, mas também combater desigualdades estruturais no mercado de trabalho. "Demonstramos que a diminuição da jornada reduziria desigualdades no mercado de trabalho formal, uma vez que as jornadas estendidas estão mais presentes em trabalho de baixa remuneração e maior rotatividade", afirma o técnico do Ipea.

Além dos aspectos econômicos, o estudo destaca os ganhos sociais da redução da jornada. A escala 6×1, com apenas um dia de folga semanal, limita o descanso e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. A ampliação do tempo livre poderia favorecer o convívio familiar, a participação em atividades culturais e o cuidado com a saúde.

Fonte: Portal Vermelho